



Correspondência aos Autores

Carla Chagas Ramalho
E-mail: carlaramalho.ccr@gmail.com
Universidade Estadual de Montes Claros
CV Lattes
<http://lattes.cnpq.br/3637197719291948>

Evellyn Santos Soares
E-mail: evellynsantos717@yahoo.com
Universidade Estadual de Montes Claros
CV Lattes
<http://lattes.cnpq.br/4511640794921953>

Fernanda de Souza Cardoso
E-mail: fernanda.cardoso@unimontes.br
Universidade Estadual de Montes Claros
CV Lattes
<http://lattes.cnpq.br/3361055563220647>

Submetido: 02 fev. 2024

Aceito: 08 mai. 2024

Publicado: 10 mai. 2025

[doi> 10.20396/riesup.v12i00.8675756](https://doi.org/10.20396/riesup.v12i00.8675756)

e-location: e026037

ISSN 2446-9424

Cheragem Antiplagiarismo



Distribuído sobre



O machismo e as violências contra as mulheres no espaço acadêmico

Carla Chagas Ramalho  <https://orcid.org/0000-0002-6263-2498>

Evellyn Santos Soares  <https://orcid.org/0009-0002-0561-109X>

Fernanda de Souza Cardoso  <https://orcid.org/0000-0002-6384-1021>

RESUMO

Introdução/Objetivo: Esta pesquisa tem como objetivo analisar as dificuldades enfrentadas pelas discentes em uma universidade pública do Norte de Minas Gerais diante do machismo e suas manifestações de violência. **Método:** O método utilizado foi o materialismo histórico dialético para buscar a totalidade da compreensão do sistema sexo/gênero dentro do contexto analisado em relação ao machismo e suas formas de expressão. Para a investigação o instrumento de coleta foi o questionário online elaborado no Google Forms e disponibilizado para as alunas selecionadas do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde (CCBS) da Universidade, com o propósito de coletar dados das participantes. **Resultados:** Os resultados revelam a ocorrência de violência contra a mulher no ambiente universitário, sobretudo no contexto do assédio sexual, com destaque para a relação entre professor e aluna. Além disso, evidenciou-se a ausência de políticas institucionais eficazes de comprometimento e responsabilização para o apoio às vítimas. Este cenário, presente no ambiente acadêmico, contribui para a perpetuação do sexismo e do machismo, levando as vítimas a silenciarem diante das violências, seja por medo, insegurança ou pela falta de apoio e medidas efetivas por parte da universidade. **Conclusão:** Conclui-se que é fundamental que a instituição universitária ofereça respaldo e assistência às estudantes para garantir sua segurança e bem-estar durante a graduação.

PALAVRAS-CHAVE

Sistema sexo/gênero. Mulher. Sexismo. Educação Superior.

Sexism and violence against women in the academic space

ABSTRACT

Introduction/Objective: This research aims to analyze the difficulties faced by female students at a public university in the north of Minas Gerais in the face of machismo and its manifestations of violence. **Method:** The method used was dialectical historical materialism to seek a total understanding of the sex/gender system within the context analyzed in relation to machismo and its forms of expression. For the investigation, the collection instrument was the online questionnaire prepared in Google Forms and made available to the selected female students of the University's Center for Biological and Health Sciences (CCBS), with the purpose of collecting data from the participants. **Results:** The results reveal the occurrence of violence against women in the university environment, especially in the context of sexual harassment, with an emphasis on the relationship between teacher and student. In addition, there is a lack of effective institutional policies for commitment and accountability to support victims. This scenario, present in the academic environment, contributes to the perpetuation of sexism and machismo, leading victims to remain silent in the face of violence, whether out of fear, insecurity or a lack of support and effective measures on the part of the university. **Conclusion:** The conclusion is that it is essential for universities to offer support and assistance to students to ensure their safety and well-being during their undergraduate studies.

KEYWORDS

Sex/gender system. Woman. Sexism. Higher Education.

El machismo y las violencias contra las mujeres en el espacio académico

RESUMEN

Introducción/Objetivo: Esta investigación tiene como objetivo analizar las dificultades de las alumnas de una universidad pública del norte de Minas Gerais frente al machismo y sus manifestaciones de violencia. **Método:** El método utilizado fue el materialismo histórico dialéctico para buscar una comprensión total del sistema sexo/género dentro del contexto analizado en relación al machismo y sus formas de expresión. Para la investigación, el instrumento de recolección fue el cuestionario online elaborado en Google Forms y puesto a disposición de las alumnas seleccionadas del Centro de Ciencias Biológicas y de la Salud (CCBS) de la Universidad, con el objetivo de recolectar datos de las participantes. **Resultados:** Los resultados revelan la ocurrencia de violencia contra las mujeres en el ambiente universitario, especialmente en el contexto de acoso sexual, con énfasis en la relación entre profesor y alumna. Además, se observó la falta de políticas institucionales efectivas de compromiso y responsabilidad para apoyar a las víctimas. Este escenario, presente en el ambiente académico, contribuye a la perpetuación del sexismo y del machismo, llevando a las víctimas a guardar silencio frente a la violencia, sea por miedo, inseguridad o falta de apoyo y medidas efectivas por parte de la universidad. **Conclusión:** La conclusión es que es esencial que las universidades ofrezcan apoyo y asistencia a los estudiantes para garantizar su seguridad y bienestar durante sus estudios universitarios.

PALABRAS CLAVE

Sistema sexo/género. Mujer. Sexismo. Educación Superior.

CRedit

- **Reconhecimentos:** Não aplicável.
- **Financiamento:** Este estudo foi financiado por meio do Programa de Capacitação de Recursos Humanos (PCRH), da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG).
- **Conflitos de interesse:** Os autores certificam que não têm interesse comercial ou associativo que represente um conflito de interesses em relação ao manuscrito.
- **Aprovação ética:** Aprovado pelo Comitê de Ética da universidade Estadual de Montes Claros, sob nº 5.105.580/2021.
- **Disponibilidade de dados e material:** Não aplicável.
- **Contribuições dos autores:** Administração do projeto, Visualização, Escrita – revisão & edição: Ramalho, C. C.; Curadoria de dados, Recursos: Soares, E. S.; Conceitualização, Análise formal, Investigação, Metodologia, Escrita – rascunho original: Ramalho, C. C.; Soares, E. S.; Aquisição de financiamento, Supervisão, Validação: Ramalho, C. C.; Cardoso, F. S.
- **Revisor Gramatical e ABNT:** Adilson Severo de Souza.

Editores de Seção: Davi Alexandre Schoenardie, Maria de Lourdes Pinto de Almeida.

Introdução

O sexismo existente em nossa sociedade é habitualmente entendido como algo tão comum que há a naturalização de piadas, "cantadas" e brincadeiras de cunho sexual, as quais colocam as mulheres em situações constrangedoras. São fatos relacionados a uma situação corriqueira que as mulheres enfrentam diariamente, seja em seus trabalhos, escolas, universidades ou momentos de lazer. Sá, Folriani e Rampazo (2017, p. 9) enfatizam que:

[...] muitos são os casos de assédio sexual dentro do meio acadêmico e que, ainda pior que isso, existem vários casos partindo de professores. Ligado a esse fator, podemos tranquilamente pontuar que isto está ligado à questão de [sexo e] gênero, socialmente construída, em que a mulher recebe um status inferior ao do homem e que, por isso, esse tipo de violência contra ela continua sendo naturalizado.

Este alerta destaca como as universidades, por fazerem parte do contexto social, reproduzem situações de violência contra as mulheres e sexismo em seu espaço. Bandeira (2017) aponta como essa violência dentro dos ambientes universitários favoreceu, em diversas Instituições de Ensino Superior (IES), a criação de coletivos feministas para fortalecer a luta dessas estudantes na denúncia, reação e cobrança de políticas institucionais para enfrentar e prevenir casos contra as mulheres.

Ao compreender que as violências e o machismo estão presentes em diferentes locais, inclusive nas universidades, nosso foco nesta pesquisa é a universidade e nosso objetivo central é analisar as dificuldades enfrentadas pelas discentes em uma universidade pública do Norte de Minas Gerais diante do machismo e suas manifestações de violência.

Para justificar esta investigação, a naturalização de uma conduta de comportamento dominante do sexo/gênero masculino, presente na sociedade contemporânea, é uma prática que pode ser vista em diversas circunstâncias, incluindo dentro da universidade, por meio de casos de assédio sexual (Linhares e Laurenti, 2019). A pesquisa compromete-se especificamente com uma IES onde já houve relatos publicizados de casos de estupro e assédio cometidos por um professor, a Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes).

O reitor da Universidade Estadual de Montes Claros, a Unimontes, em Minas, o professor Antônio Alvimar, afastou por 60 dias um professor do departamento de História. Ele é acusado por alunas de assédio sexual e estupro. O reitor abriu uma sindicância e encaminhou o caso para a delegacia da mulher do estado. O professor acusado, segundo as vítimas, teria usado (apesar de não ter qualquer formação) técnicas de hipnose e BDSM (práticas consensuais envolvendo *bondage* e disciplina, dominação, submissão, sadomasoquismo). O professor acusado, que passou no concurso de 2014 para a universidade, teria assediado alunas até durante a pandemia (Guimarães, 2022).

Para alcançar o objetivo do estudo, utilizamos o método do materialismo histórico dialético, pois consideramos que "o materialismo histórico, a produção e o intercâmbio de seus produtos, constituem a base de toda ordem social" (Gil, 2008, p. 22). Ou seja, não ignoramos a totalidade da realidade que cerca a universidade. Dessa forma, nos dedicamos à

pesquisa descritiva, visto que nosso foco foi descrever características próprias de um grupo de pessoas dentro de um estabelecimento (Gil, 2008). Este grupo foi composto por estudantes do sexo feminino do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde (CCBS) da Unimontes.

O número de participantes da pesquisa corresponde ao número de cursos de graduação disponíveis no CCBS: como temos 7 (sete) cursos vigentes durante o período da pesquisa, buscamos investigar 2 (duas) alunas, escolhidas por conveniência, de cada curso, totalizando 14 (catorze) participantes. No entanto, ao longo da pesquisa, obtivemos uma quantidade maior de respostas e, portanto, decidimos não descartar nenhuma delas. No total, foram 18 (dezoito) alunas respondentes.

O instrumento utilizado foi o questionário, sendo este uma:

[...] técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores, comportamento presente ou passado (Gil, 2008, p. 121).

O questionário foi composto por 7 (sete) perguntas fechadas e 8 (oito) abertas. Estas foram distribuídas de forma virtual, por meio do *Google Forms*, em dezembro de 2022, entrando em contato com cada Centro Acadêmico (CA) dos cursos e também de forma aleatória entre as estudantes dos cursos, de modo não probabilístico (Gil, 2008).

Após a coleta das respostas, estas foram categorizadas de acordo com as diretrizes de Gil (2008, p. 176):

Os segmentos de dados são categorizados de acordo com um sistema organizado que é predominantemente derivado dos próprios dados. Algumas categorias são estabelecidas antes da análise dos dados. Mas, ao longo do processo são identificados novos temas e definidas novas categorias a partir dos próprios dados, de forma indutiva.

Tais categorias foram pós-estabelecidas (Minayo, 2002) e, com base nas respostas coletadas, as informações foram agrupadas, analisadas e interpretadas, visando aprofundar a análise do material levantado.

Mulher e a sociedade moderna

Ao iniciarmos este tópico, pensamos ser pertinente apontarmos como trabalharemos com alguns termos nesta pesquisa. Dentre as principais referências, temos o conceito de gênero e de sexo e, segundo Lerner (1986), gênero é algo baseado nas questões sociais e psicológicas; já o sexo é uma questão biológica, ressaltando que “o fato de mulheres terem filhos ocorre em razão do sexo; o fato de mulheres cuidarem dos filhos ocorre em razão do gênero, uma construção social” (Lerner, 1986, p. 45). Logo, mulher não pode ser definida apenas por um gênero. A mulher é um conjunto de fatores que vão além, como questões

socioculturais econômicas, em que existem particularidades, as quais interligam sua natureza biológica com sua realidade social, o que Izquierdo (1990) chama de sistema sexo/gênero.

O sistema sexo-gênero altera-se de acordo com a sociedade em que estamos. Na contemporaneidade, “um sistema de sexo-gênero consiste numa gramática, segundo a qual a sexualidade biológica é transformada pela atividade humana, gramática esta que torna disponíveis os mecanismos de satisfação das necessidades sexuais transformadas” (Saffioti, 2015, p. 115). E esta exploração atinge, frontalmente, as mulheres. Logo, a luta das mulheres na modernidade é constante, já que elas precisam desconstruir a representação de seres inferiores dentro de uma lógica hierárquica.

Um dos fatores que influenciam o papel social das mulheres na atualidade é a dificuldade da sua entrada no mercado no trabalho, posto que, muitas vezes, para se conseguir ingressar e se manter em um trabalho, por exemplo, é um grande desafio, em virtude da tentativa, sempre, de conciliar o trabalho fora de casa com o trabalho doméstico: este, geralmente, não reconhecido como trabalho pela sociedade. Sendo assim, destacamos as definições trazidas por Lerner (1986), quando enfatiza que o cuidar entra no campo de papel de gênero da mulher, e é visto como algo acoplado a sua natureza.

Segundo dados do IBGE (2021), no Brasil, em 2019, as mulheres dedicaram aos cuidados de pessoas ou afazeres domésticos quase o dobro de tempo que os homens (21,4 horas semanais contra 11,0 horas). A pesquisa ressaltou que a conciliação da dupla jornada fez com que, em 2019, cerca de um terço delas trabalhasse em tempo parcial, até 3 horas semanais, e o que se revelou no estudo foi que as obrigações são duas vezes maiores, por conta dos afazeres domésticos. Isso dificulta a inserção delas no mercado de trabalho, precisando ter menos horas de serviço e, por esse motivo, constantemente, seu salário é reduzido, por conta das horas trabalhadas. Logo, reforçamos como há influência direta das cobranças sociais na rotina das mulheres e como elas se relacionam em sociedade.

O sistema sexo-gênero é mola propulsora para que as mulheres precisem de maneira constante, lutar pelos seus direitos, a fim de não serem cerceadas de possibilidades, pois

O objetivo do movimento de direitos da mulher é garantir às mulheres igualdade com os homens em todos os aspectos da sociedade e dar a elas acesso a todos os direitos e oportunidades que os homens têm nas instituições da sociedade (Lerner, 1986, p. 319).

As mulheres precisam se manter atentas a todo momento, uma vez que, cada dia que passa, surgem vários desafios, sendo um dos principais o de conseguir viver em uma sociedade em que são vistas como objetos e sofrem muito com o machismo e o assédio. Torna-se, então, uma vivência de luta constante para se inserir na sociedade e lidar com a cultura machista, visto que são vítimas de diversos tipos de tortura e assédios, como retrata Lerner (1986).

Na sociedade que possui o modo de produção capitalista, qualquer pessoa da classe trabalhadora precisa vender a sua força de trabalho para obter seus meios de subsistência.

Com as mulheres proletárias, a essa necessidade ainda está acoplada a cobrança social do trabalho de manutenção da vida no ambiente privado, o trabalho doméstico. Logo, para elas obterem formas de se manterem nessa sociedade, sem depender de algum outro salário (como o do marido) é mais difícil, pois têm a necessidade de realizarem o trabalho duplo - necessidade naturalizada e criada socialmente.

Em um movimento dialético, essas mulheres inseridas nesse contexto de opressão também podem se contrapor a essa lógica e organização social e lutar contra as opressões vividas desde tenra idade. Mas, para essa conscientização feminista, é preciso que as mulheres incorram em locais públicos e diversos, pois

À medida que a mulher participa mais amplamente do movimento da vida social, que se torna uma peça ativa no mecanismo da vida econômica, seu horizonte se amplia. As paredes de sua casa que, para ela, substituíam o mundo, desabam, e se deixa penetrar inconscientemente por interesses que, antes, eram-lhe totalmente estranhos e incompreensíveis (Kollontai, 1982, p. 76).

Nesse sentido, é importante ressaltar que o papel social da mulher na era moderna já obteve alguns avanços, embora ainda exista muita luta pela frente para termos uma sociedade igualitária. Ou seja, para pensarmos um campo social sem sexismo, precisamos lutar por uma sociedade sem hierarquização de pessoas, sem classe.

Machismo e violências contra a mulher

Começamos este tópico acentuando que o machismo define a ideologia de *supremacia masculina*, de superioridade masculina e de crenças que a apoiem e a sustentem (Lerner, 1986). Diante disso, o orgulho masculino, as atitudes e o modo criado para se sentir “homem” permitem mecanismo de diminuição e menosprezo do sexo feminino, com opiniões e atitudes que inferiorizam as mulheres, enfanzando a ideologia do machismo, segundo Lerner (1986).

Constantemente, as violências que as mulheres sofrem na sociedade atual são ligadas ao machismo,

As violências física, sexual, emocional e moral não ocorrem isoladamente. Qualquer que seja a forma assumida pela agressão, a violência emocional está sempre presente. Certamente, se pode afirmar o mesmo para a moral. O que se mostra de difícil utilização é o conceito de violência como ruptura de diferentes tipos de integridade: física, sexual, emocional, moral. (Saffioti, 2015, p. 80).

O mais grave disso tudo é que, muitas vezes, tais violências são tratadas como algo normal ou “deixadas de lado” pelas autoridades e pela sociedade, conforme apontou o Conselho Nacional de Direitos da Mulher (Brasil, 2021).

Para auxiliar nosso trabalho, utilizaremos a Lei 11.340 para definir as violências vividas pelas mulheres, conhecida como Lei Maria da Penha, a fim de categorizar as violências vividas pela mulher.

Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências (Brasil, 2006).

A referida lei visa proteger as mulheres das diversas violências e busca medidas de proteção e formas de amenizar essas violências, pois esse problema pode acontecer com qualquer mulher, a qualquer momento, em espaços privados ou públicos.

Historicamente, segundo Santos (2011), a luta pelos direitos que estão descritos na lei remonta à década de 1980, momento em que as manifestações feministas reivindicavam ações para combater as violências que as mulheres brasileiras sofriam, surgindo as primeiras políticas públicas para representar as mulheres. Ressaltamos que, nesse mesmo contexto, as violências ocorriam principalmente pela desigualdade sexual e de gênero, especialmente no âmbito doméstico.

A violência doméstica contra a mulher se apresenta como um fenômeno social que ocorre devido às densas relações de poder, que se iniciam a partir da reprodução, no campo simbólico, da superioridade masculina e subordinação feminina, naturalizando hierarquias, tornando desiguais as relações entre homens e mulheres dentro da estrutura familiar (Santos, 2011, p. 4).

Dentro dessa lógica, o termo “violência contra mulher” torna-se autoexplicativo quando o assunto é desigualdade voltada para as mulheres, o que mostra que as diferenças biológicas, que fundamentam os gêneros, se modificam em desigualdades (Santos, 2011).

Essa definição de violência também pode ser aglutinada pelo conceito de Heleieth Saffioti:

Trata-se da violência como ruptura de qualquer forma de integridade da vítima: integridade física, integridade psíquica, integridade sexual, integridade moral. Observa-se que apenas a psíquica e a moral situam-se fora do palpável. Ainda assim, caso a violência psíquica enlouqueça a vítima, como pode ocorrer – e ocorre com certa frequência, como resultado da prática da tortura por razões de ordem política ou de cárcere privado, isolando-se a vítima de qualquer comunicação via rádio ou televisão e de qualquer contato humano, ela torna-se palpável (Saffioti, 2015, p. 19).

É importante ressaltar a existência de posições que buscam mitigar essas violências e que as mulheres realizam manifestações constantes para enfatizar os direitos que a Lei Maria da Penha visa oferecer e proteger. No entanto, mesmo com a lei em vigor, muitas vezes as mulheres não denunciam as violências, por receio de que a punição aos agressores não seja eficaz, por pressão da família e da sociedade ou mesmo porque o agressor é o provedor da família. Isso demonstra que a totalidade do fenômeno deve sempre ser contextualizada para ser compreendida.

Isso evidencia objetivamente como o sistema sexo/gênero atua na sociedade, pois a mulher, mesmo sofrendo algum tipo de violência, muitas vezes tem receio de denunciar e de não conseguir cumprir seu papel social de “mulher” ao não conseguir manter sua família, já que raramente consegue se desvincular de um homem violento sem ajuda externa. Além disso, até que tal fato ocorra, a mulher geralmente descreve uma trajetória oscilante, com movimentos de saída da relação e de retorno a ela. Este é o chamado ciclo da violência, cuja utilidade é meramente descritiva (Saffioti, 2015, p. 94).

Há, pois, razões suficientes para justificar a ambiguidade da mulher, que num dia apresentava a queixa e, no seguinte, solicitava sua retirada. Isto para não mencionar as ameaças de novas agressões e até de morte que as mulheres recebiam de companheiros violentos.

Dentro dessa perspectiva, a violência se faz presente, pois para o machista, ela é necessária para manter o *status* de superioridade do seu sexo biológico. Assim, enquanto a sociedade continuar hierarquizando pessoas, esse problema persistirá.

Resultados e discussão

Para uma melhor compreensão e identificação dos dados coletados a partir dos relatos das acadêmicas, preservamos suas identidades e as designamos como alunas numeradas de 1 a 18, conforme tabela abaixo:

Tabela 1. Informações sobre as alunas pesquisadas

Universitárias	Período	Idade	Raça/etnia	Classe social	Curso
Aluna 1	7º	24	Branca	Não identificou	Educação Física Bacharel
Aluna 2	8º	23	Branca	Trabalhadora	Educação Física Bacharel
Aluna 3	8º	23	Parda	Trabalhadora	Educação Física Licenciatura
Aluna 4	8º	23	Parda	Trabalhadora	Educação Física Licenciatura
Aluna 5	4º	22	Preta	Trabalhadora	Enfermagem
Aluna 6	6º	22	Preta	Trabalhadora	Odontologia
Aluna 7	8º	22	Parda	Trabalhadora	Ciências Biológicas Bacharelado
Aluna 8	8º	22	Preta	Trabalhadora	Ciências Biológicas Bacharelado
Aluna 9	5º	21	Preta	Trabalhadora	Ciências Biológicas Licenciatura
Aluna 10	6º	24	Branca	Elite	Odontologia
Aluna 11	5º	22	Parda	Trabalhadora	Odontologia
Aluna 12	8º	26	Parda	Trabalhadora	Medicina
Aluna 13	5º	20	Parda	Trabalhadora	Enfermagem
Aluna 14	6º	24	Parda	Trabalhadora	Enfermagem
Aluna 15	2º	20	Preta	Elite	Enfermagem
Aluna 16	6º	22	Preta	Trabalhadora	Enfermagem
Aluna 17	6º	23	Branca	Elite	Medicina
Aluna 18	8º	22	Branca	Trabalhadora	Ciências Biológicas Licenciatura

Fonte: As autoras.

As categorias pós-determinadas utilizadas são: Assédio moral e suas consequências dentro da universidade; Assédio e professores; Mulheres e apoio na faculdade.

Assédio moral e suas consequências dentro da universidade

As violências patriarcais e socioculturais, incluindo o assédio, estão presentes em nosso meio, até mesmo dentro do ambiente acadêmico. Nesta categoria, focaremos em como as alunas pesquisadas enfrentam as consequências de serem assediadas, compreendendo o assédio e o machismo como violências.

Destacar que a expressiva concentração deste tipo de violência ocorre historicamente sobre os corpos femininos e que as relações violentas existem porque as relações assimétricas de poder permeiam a vida rotineira das pessoas (Bandeira, 2014, p. 3).

Para entendermos como as acadêmicas pesquisadas percebem o assédio dentro da universidade, questionamos se elas já foram vítimas de assédio nesse ambiente e, em caso afirmativo, se experimentaram alguma consequência pessoal. Obtivemos as seguintes respostas:

Tabela 2. Informações sobre as alunas pesquisadas

Universitárias	Já sofreu machismo ou assédio dentro da universidade?
Aluna 1	Sim
Aluna 2	Não
Aluna 3	Sim
Aluna 4	Sim
Aluna 5	Sim
Aluna 6	Não
Aluna 7	Sim
Aluna 8	Sim
Aluna 9	Não
Aluna 10	Não
Aluna 11	Não
Aluna 12	Não
Aluna 13	Sim
Aluna 14	Sim
Aluna 15	Sim
Aluna 16	Não
Aluna 17	Sim
Aluna 18	Sim

Fonte: As autoras.

É importante salientar que o questionário tinha sequência de acordo com respostas específicas das alunas. Portanto, se alguma estudante respondesse que não havia enfrentado alguma situação de assédio ou violência dentro da IES, o questionário seria direcionado para outra sequência de perguntas. As respostas subsequentes serão indicadas por um traço (–), indicando que as pesquisadas não foram submetidas a determinadas perguntas.

As que marcaram que sofreram alguma situação de violência foram solicitadas a detalhar essas ocorrências, e algumas das respostas foram:

Passei por uma cirurgia e o professor julgava desnecessário e de cunho estético e não queria me liberar das aulas práticas mesmo com o tratamento excepcional, dizendo ser corpo mole, preguiça e má vontade. Jogava indiretas, fazia piadas e humilhações durante a aula na frente da turma (Aluna 1).

“Consequências emocionais, sim. Me senti constrangida e humilhada.” (Aluna 1); Me senti insignificante, chateada e frustrada” (Aluna 7); “Emocional, após isso não consegui mais me vestir como achava normal e precisava ir ‘tampando’ tudo” (Aluna 8).

Diante dessas respostas, observamos que as alunas que enfrentaram situações de machismo e assédio se sentiram coagidas pelo fato que vivenciaram dentro da universidade, o que causou inseguranças e incertezas. O machismo e o assédio mencionados estão relacionados à condição delas de serem mulheres, como relatou a Aluna 17: “[...] por um tempo comecei a questionar as roupas que utilizava para o curso; e sobre a segunda, banalizei a situação momentaneamente e até cheguei a pensar se poderia ser minha culpa. Em ambos os casos, pude perceber que não era sobre mim.” (Aluna 17). Ou seja, essas alunas tendem a se sentir coagidas e afetadas pelo fato de serem mulheres dentro da faculdade.

Dentro dessa perspectiva, destacamos a ideia de Saffioti (2015, p. 20), quando afirma que “não se defende a postura de que abusos sexuais sejam inócuos, não provocando traumas de difícil cura”. Ou seja, além de enfrentarem assédio e danos morais, essas alunas ainda se sentem culpadas, pois, para o senso comum, é inerente ao homem ter uma sexualidade aflorada e descontrolada, cabendo à mulher se proteger, uma falácia já desmitificada por Saffioti (2015, p. 29):

O argumento de quem justifica, se não defende, a conduta de agressores sexuais reside no tipo de sexualidade masculina, diferente da feminina. Afirmam que a sexualidade da mulher só aflora quando provocada, e vários são os meios de fazê-lo, o que é uma meia verdade. A mulher foi socializada para conduzir-se como caça, que espera o “ataque” do caçador.

Ao relacionar as mulheres como presas a serem capturadas, dentro do sistema sexo/gênero, elas são vistas como submissas e frágeis, e, por isso, responsáveis pela sua própria preservação. Esse pensamento acaba por justificar preconceitos e alimentar a culpa das vítimas (Bandeira, 2014). Reforçamos essa visão a partir da fala da Aluna 8 e Aluna 17, que cogitaram se suas roupas e sua maneira de ir para a faculdade seriam a justificativa para a ocorrência das violências morais. Não que elas sejam mulheres apenas pelo que vestem, mas sim que o corpo que a roupa veste é de uma mulher, de uma fêmea adulta da espécie humana.

Afinal, é pela perspectiva de [sexo e] gênero que se entende o fato de a violência contra as mulheres emergir da questão da alteridade, enquanto fundamento distinto de outras violências. Ou seja, esse tipo de violência não se refere a atitudes e pensamentos de aniquilação do outro, que venha a ser uma pessoa considerada igual ou que é vista nas mesmas condições de existência e valor que o seu perpetrador. Pelo contrário, tal violência ocorre motivada pelas expressões de desigualdades baseadas na **condição de sexo**, a qual começa no universo familiar, onde as relações de gênero se constituem no protótipo de relações hierárquicas (Bandeira, 2014, p.2, grifo nosso).

Diante dos relatos, vemos que a construção do espaço da mulher no ambiente universitário enfrenta obstáculos direcionados especificamente para elas, trazendo consequências indesejadas, como relata a Aluna 4: “Ansiedade e insegurança”, após de passar por uma situação de machismo e assédio.

Para tentarmos mensurar se essas alunas se sentiam respaldadas pela instituição e se compreendiam que tiveram seus direitos e dignidade afrontados, perguntamos se haviam comentado com alguém sobre a(s) violência(s) vivida(s) ou se relataram o fato a alguma instância superior da Universidade. Esses foram os resultados:

Tabela 3. Insegurança das alunas

Acadêmicas	Relataram o fato para alguém?
Aluna 1	Sim
Aluna 2	–
Aluna 3	Sim
Aluna 4	Sim
Aluna 5	Não
Aluna 6	–
Aluna 7	Não
Aluna 8	Sim
Aluna 9	–
Aluna 10	–
Aluna 11	–
Aluna 12	–
Aluna 13	Não
Aluna 14	Sim
Aluna 15	Não
Aluna 16	–
Aluna 17	Não
Aluna 18	Não

Fonte: As autoras.

Ao analisarmos as respostas, temos uma pequena compreensão de como as acadêmicas lidaram com a situação de machismo e assédio vivenciada. Das 11 (onze) estudantes que passaram pela situação de violência, menos da metade relatou para alguém, 5 (cinco) alunas; a maioria, 6 (seis) alunas, preferiu não mencionar sobre o ocorrido. Porém, relacionando com as falas anteriores, percebemos que o não falar pode estar atribuído ao sentimento de culpa, como podemos observar a partir da Aluna 17. E, como afirma Bandeira (2014, p.12),

A violência contra a mulher constitui-se em fenômeno social persistente, multiforme e articulado por facetas psicológica, moral e física. Suas manifestações são maneiras de estabelecer uma relação de submissão ou de poder, implicando sempre em situações de medo, isolamento, dependência e intimidação para a mulher. É considerada como uma ação que envolve o uso da força real ou simbólica, por parte de alguém, com a finalidade de submeter o corpo e a mente à vontade e liberdade de outrem.

No relato “[...] me senti incapacitada, como se não houvesse conteúdo para oferecer” (Aluna 18), fica evidenciado, pelos resultados apresentados por essas estudantes, que o assédio

moral e o machismo estão presentes nas suas vidas acadêmicas, como relata a Aluna 5: “todas as colegas sofrem machismo nas práticas”.

Para tais questões, destacamos que “trata-se do reconhecimento de que existem categorias de pessoas com problemas diferenciados e uma experiência histórica comum entre elas de opressão, que as levam a ser vistas como **sujeitos coletivos**, com direitos próprios” (Bandeira, 2014, p.15). Ou seja, mesmo havendo diversidade no grupo pesquisado, todas fazem parte de um grupo sexual, das mulheres. Tudo isso, de fato, mostra que o assédio moral na sociedade, e no contexto universitário, é uma discussão necessária, pois é por meio do debate sobre a temática que as alunas poderão se sentir mais seguras, porque, como retratado nas tabelas, algumas delas conseguem identificar as violências, mas sentem dificuldade para denunciar ou comentar.

Nem todas as sociedades de nossa história civilizatória têm qualificado os atos violentos contra as mulheres crimes. É recente sua percepção dessa forma, a qual se deve à perspectiva formulada e defendida pelos direitos humanos, empenhada em **denunciar e apagar** variedades de sofrimento (Bandeira, 2014, p. 15, grifo nosso).

Para Bandeira (2014), a estrutura social e patriarcal é uma construção de análises que produz e sustenta violências diariamente. É isso que nos situa a Aluna 1: “Julgadas incapazes de desenvolver alguma atividade”.

Os estudos feministas sobre a violência de gênero consideram, em especial, como um dos pilares da violência contra a mulher o patriarcado e, de modo correlato, a posição de dominação simbólica masculina. Contudo, reconhecem que há outros elementos que compõem a dinâmica da violência. Dessa forma, o patriarcado e a dominação masculina, se tomados isoladamente, seriam causas insuficientes para se explicar a violência contra a mulher (Bandeira, 2014, p.9).

Desse modo, as violências citadas nesta categoria devem ser observadas, principalmente nas questões de segurança das alunas e de todas as mulheres presentes nos campi, e devem ultrapassar as barreiras que foram citadas neste tópico. O fato de as alunas não relatarem ou denunciarem para alguém as violências sofridas não quer dizer que elas estejam bem ou que não se sentiram afetadas psicologicamente e/ou fisicamente. Fica claro que esse assunto é vasto e requer mais investigação, para benefício de toda a sociedade.

Assédio e professores

Nesta categoria, analisaremos o relato das pesquisadas sobre a relação de assédio com os professores, vivenciada pelas alunas dentro da universidade. A maioria das estudantes relatou que já passaram por tal situação: 11 (onze) das 18 (dezoito) alunas expuseram já ter sofrido violências dentro da universidade, deixando explícito que o assédio/machismo foi realizado por parte de alguns professores. Assim, destacamos o relato da Aluna 1: “Sim, assediada por professores e colegas. Julgadas incapazes de desenvolver alguma atividade”.

Quando as alunas investigadas foram questionadas para descrever a situação do assédio, as respostas foram chocantes, como a da Aluna 3: “é, havia um determinado professor que utilizava palavras como ‘gostosa’ e ‘delícia’ para se referir a minha pessoa.”; já a Aluna 8 ficava com medo até da roupa que iria utilizar para ir à aula, como ela mesma destaca: “Professor dando em cima da aluna, não podia nem ir de short pra aula”.

A Aluna 18 alegou a seguinte situação:

A situação que mais me constrangeu foi quando um professor pediu para mim ir em frente de toda minha turma, passou a mão no meu cabelo molhado e perguntou se eu estava voltando do motel. Sem contar que às vezes ele fala “não consigo concentrar no que estou falando, pois você está do meu lado”. Enquanto no machismo foi por meio de trabalho em laboratórios, e quando sugeriram que eu poderia usar o meu rosto para conseguir qualquer orientador.

Nos relatos acima, podemos perceber que as estudantes sofrem assédio e machismo por parte dos próprios professores, como afirma a Aluna 7: “Sim, professor sempre assediando.” No que diz respeito a esse fato, Sá, Folriani e Rampazo (2017, p.7) enfatiza:

É possível perceber perfeitamente como é dada a relação de poder, formalizada, dentro da universidade entre professor e aluna, e na hierarquia de [sexo] gênero socialmente construída entre homem e mulher, aluna e aluno. Hierarquia essa na qual a mulher é inferiorizada em relação ao homem, e assim acaba ficando mais vulnerável a sofrer o assédio.

Dando continuidade às análises, a fala da Aluna 3: “Me sentia ofendida por ser tratada daquela forma, ainda mais por um professor, mas tinha medo de questioná-lo e não passar na disciplina” mostra que, além de serem as vítimas, as alunas ainda sentiam culpa por algo que elas não fizeram, apenas pelo fato de serem mulheres. Nesse sentido, a fala da Aluna 3 nos remete ao pensamento de Lerner (1986, p. 118), ao destacar que “mulheres, mesmo as mais seguras, bem nascidas e autoconfiantes, viam-se como pessoas dependentes da proteção de um homem”.

As violências que as alunas vêm sofrendo mostra a relação assustadora da prática da violência contra as mulheres no espaço universitário, apresentando como o assédio está ligado à relação de hierarquia entre professor e alunas e, para isso, destacamos os relatos: “Assédio de um professor ao sair da aula de [...]” (Aluna 1); “Sim, professor sempre assediando.” (Aluna 7) – esses destaques vão ao encontro das definições de Almeida (2017, p. 386):

No meio universitário, extrato mais elevado da educação e ciência do Iluminismo, onde se deveria ter garantido um ambiente de vanguarda à frente da sociedade patriarcal para alavancá-la em direção democrática, de equidade e paz social, não é o que ocorre. A desigualdade e a discriminação de gênero no ensino superior brasileiro se relocalizam constantemente e sob diversas formas, explícita e sub-repticiamente. Ainda que a Modernidade tenha oferecido, por intermédio da ciência, maior grau de previsibilidade e controle sobre a vida material no planeta, isso não foi acompanhado da mesma capacidade para estabelecer valores e atribuir sentidos à vida cotidiana na perspectiva dos direitos individuais e da justiça social.

Almeida (2017) ressalta, ainda, que o assédio e as violências sexuais estão presentes na vida de diversas mulheres que estão inseridas dentro da universidade, tornando esse ambiente cheio de dificuldades para as acadêmicas, e acarretando diversos traumas e medos. Com isso, as estudantes sentem dificuldades para realizar aulas, como afirma a Aluna 14: “Um professor querendo sair comigo, falando que eu era linda, me cercou o período todo de tudo quanto é forma, eu recusei e ainda falei que tinha namorado, que não era dessas meninas que sai com professor e depois disso ele fez de tudo pra me prejudicar”.

Percebe-se que o assédio sofrido por essas acadêmicas ocorre em diferentes momentos e situações, inclusive durante a orientação em trabalhos acadêmicos, como afirma a Aluna 13: “[...] colegas foram assediadas durante reunião com orientador de iniciação científica.”. Isso demonstra que o professor pode estar se valendo não somente da sua posição hierárquica de docente, como também pode estar se aproveitando da necessidade econômica das estudantes, pois a Iniciação Científica é um programa dentro da universidade que, geralmente, está atrelado ao recebimento de uma bolsa de auxílio financeiro. Este fato mostra como a ação de dominação masculina se utiliza dos diferentes campos.

Essa dominação dá-se em todas as esferas: política, econômica, cultural, social, de cidadania. Nelas, a mulher é o segundo sexo, ela é o Outro, representada pela identidade de dominação patriarcal e falocêntrica: o homem. Em esmagadora maioria das produções audiovisuais, mundo afora, permanecem negados às mulheres (de quaisquer idades, orientações, cores, etnias e classes sociais) o seu lugar de fala e o seu comando humano (Machado, 2017, p. 138).

Todos os casos de assédio podem trazer traumas e silenciamentos por parte das estudantes, como podemos observar nos relatos das alunas, desde as aulas práticas até em uma orientação; essas mulheres vêm sofrendo com o assédio por pessoas que deveriam auxiliá-las em sua formação profissional. A violência no ambiente universitário ainda é negligenciada pelo senso comum, especialmente pela ideia de que se configura em um espaço de pessoas intelectuais, de pessoas mais privilegiadas, acreditando-se que naquele espaço não deve existir violência contra as mulheres (Cruz, 2017). É por isso que não se pode negligenciar que os aparatos do sistema sexo/gênero estão em todos os lugares da sociedade.

O assédio dentro da universidade é consequência de uma sociedade machista e sexista, sendo possível perceber que os professores assediadores se sentem no direito (e seguros) de assediar e violentar as discentes apenas pelo fato de serem homens. Tal fato mostra que o poder do patriarcado, infelizmente, se encontra presente na sociedade contemporânea.

Um dos motivos que permitem a esses homens se sentirem seguros em assediar as universitárias é a relação social imposta, na qual as mulheres são alocadas como o segundo sexo, e o homem é entendido como dominante, com direitos sobre tudo, inclusive direito a violentar a mulher, as quais são vistas como submissas ao sexo (biológico) masculino.

O controle de valores sociais machistas, que reificam (objetificam) as mulheres, permanece no seio das ações descabidas, violentas, com alto teor de misoginia. A castração feminina, que limita o prazer ou exercer a sexualidade livremente, está subliminar nas tradições das sociedades patriarcais (Machado, 2017, p.138).

O assédio sexual e moral dentro da universidade é uma dificuldade que está cada vez mais vivenciada por inúmeras estudantes, como podemos observar nas respostas trazidas. A universidade, que deveria ser um local de construção de pensamentos e formação crítica, social e reflexiva, nos apresenta situações em que as alunas são vítimas de diferentes atrocidades. Isso transforma o ambiente universitário em um espaço de insegurança para as mulheres da comunidade acadêmica, o que foi trazido ao longo desta categoria.

Diante de tudo o que foi exposto, é importante atentar que tais práticas, infelizmente, não ocorrem apenas na universidade pesquisada. Em 2022, na Universidade Estadual de São Paulo (USP), alunas denunciaram um professor por assédio sexual. Uma delas, vítima do professor, relatou que foi mostrar o progresso que estava tendo em seu mestrado, e o orientador relatou que ela parecia tensa. Ele começou a fazer massagem em seus ombros, o que a fez se sentir bastante acuada, sem saber o que fazer, e a única coisa que ela conseguia falar era “para professor”. Ele, dando continuidade ao ato, colocou a mão por baixo da blusa da aluna e abriu o sutiã dela. Outra aluna relatou que chegou a pensar em desistir do mestrado por conta dos abusos, mas outro professor a incentivou a denunciar as violências (Professor, 2022).

Em 2019, alunas da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) realizaram uma denúncia de assédio sexual por parte de um professor dentro da universidade. Uma das alunas assediadas conta que o docente realizou vários atos de violência física ao tocá-la sem permissão. Seu relato aponta que ela verbalizava que não queria aquela situação e que ele estava errado, mas o docente pediu para que ela ficasse em silêncio, colocando a mão em sua boca. A situação foi interrompida quando a aluna avistou uma amiga e conseguiu se desvencilhar. Outra aluna, também assediada pelo mesmo professor, relatou mais situações de assédio, ocorrido em um momento de dança e por meio de perguntas íntimas realizada pelo docente. Uma terceira vítima descreveu que, em uma viagem feita por esse professor com a turma, ao chegar na hospedagem, o professor ficava fazendo comentários sexistas e machistas, afirmando que as estudantes da sala serviriam de moeda de troca aos donos da pousada, onde o grupo se encontrava (Krüger, 2023).

Outra denúncia ocorreu no ano de 2016, no curso de Odontologia da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF): um professor foi acusado de assédio moral e agressão. A acadêmica descreveu que sofreu tais violências por conta de ter chamado o docente pelo seu primeiro nome, o que o deixou irritado. Por esse motivo, o docente agarrou a aluna pelo braço, a empurrou contra parede e encostou o seu corpo bem próximo ao dela. A estudante ainda relatou que o professor começou a xingá-la e a ameaçou, falando que ela não iria se formar (Bragon, 2016).

Os relatos trazidos mostram que as violências contra as mulheres estão presentes no meio acadêmico e não são fatos isolados, o que não destoa da sociedade patriarcal e sexista em que estamos inseridos(as). O assédio sexual e suas violências estão presentes no cotidiano das mulheres, inclusive dentro das IES. É importante frisar que a denúncia se faz necessária para que todos esses atos sejam contabilizados e os agressores sejam legalmente punidos.

Mulheres e o apoio universitário

Como pudemos observar nas duas categorias anteriores, as mulheres passam por muitas violências, sejam psicológicas e/ou físicas, dentro do ambiente universitário. Infelizmente, muitas vezes, as acadêmicas não sabem a quem recorrer, o que fazer, e nem como agir, nas situações referidas. Durante nossa pesquisa, investigamos se as estudantes sabiam da existência de algum grupo de apoio específico, e se elas já se direcionaram a eles para algum auxílio, considerando a temática exposta. A maioria das acadêmicas disse não saber se havia tal grupo de apoio para as estudantes: “Não tenho conhecimento”(Aluna 1); “Acredito que não possua, se possui eu desconheço” (Aluna 4); “Nunca soube de um grupo”(Aluna 5); “Não” (Aluna 10); “Não conheço, mas deve ter.” (Aluna 9); “Não sei.” (Aluna 12).

Apontamos que a falta de conhecimento das alunas sobre um espaço para apoio às universitárias vítimas de violência acontece pela falta de divulgação e pelo pouco espaço de debate na instituição em questão. O assunto tornou-se mais latente na universidade após denúncias vexatórias contra um professor da instituição, como nos aponta a Aluna 8: “Sim, mas fiquei sabendo somente esse ano após alguns ocorridos na universidade”.

Entretanto, tal fato teve holofotes midiáticos

A Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes) afastou temporariamente um professor do Departamento de História após denúncias de abuso sexual contra alunas [...]. As denúncias chegam à universidade no sentido de que o professor utilizava de determinadas técnicas de sedução e essas técnicas desenvolvidas pelo professor culminavam posteriormente em abusos sexuais e procedimentos, sendo depois filmados pelo próprio professor (Matos e Oda, 2022).

Polícia conclui inquérito e professor da Unimontes é indiciado por crimes sexuais contra alunas. Segundo a PC, as apurações se iniciaram depois que a coordenadora do curso de História compareceu até a Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (Deam) para apresentar um relatório elaborado por um acadêmico, no qual eram levantados possíveis crimes contra a liberdade sexual cometidos por um professor contra dez alunas e ex-alunas do curso (Polícia, 2023).

Um professor universitário de 46 anos foi indiciado pela Polícia Civil de Minas Gerais (PCMG) por crimes sexuais contra cinco alunas da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), em Montes Claros, no Norte de Minas, nessa sexta-feira (24). O docente está afastado das atividades (Guimarães, 2023).

Logo após os atos de assédio, o reitor da época assinou duas portarias: Portaria 120/2022 – denominada Comissão de Acolhimento, Encaminhamento e acompanhamento de Crimes de Violência Sexual, Gênero e Discriminações da Unimontes (Unimontes, 2022a); Portaria 141/2022 – intitulada Sistema de Acolhimento às Vítimas de Assédio (SAVA) (Unimontes, 2022b). Todavia, no ano seguinte, com a troca de reitor, as portarias foram

extintas pela Portaria 016/2023. Como ato de revolta ao ocorrido, a comunidade acadêmica, por meio das redes sociais, realizou uma manifestação solicitando o retorno do SAVA, uma importante ferramenta de auxílio às acadêmicas (APG Unimontes, 2023).

Ilustramos tal reivindicação com uma postagem publicada em uma página de pós-graduandos e pós-graduandas da Universidade Estadual de Montes Claros, com a seguinte legenda:

A universidade deveria ser um espaço para desenvolvimento de pesquisa, estudos, acolhimento e dentre outros pontos que permeiam o bem-estar social de todo o grupo que a compõe. Todavia, estamos cercadas por diferentes formas de opressão, desigualdade, preconceitos e discriminação. E no meio desse cenário de hostilidade, temos a Portaria 016 de 2023 da Unimontes que torna "sem efeito" a Portaria 141 de 2022 que permitia a criação do SAVA (Sistema de Acolhimento às Vítimas de Assédio), um espaço de acolhimento para todas as pessoas vítimas de qualquer forma de discriminação dentro da nossa Universidade em que a comunidade acadêmica não recebeu nenhuma informação sobre essa revogação. Tendo em vista, os recentes casos de assédio que permeiam a nossa universidade convidamos toda a comunidade acadêmica a lutar contra qualquer tipo de opressão as mulheres, agressão seja física ou psicológica, estupro ou qualquer forma de discriminação no meio universitário (APGUnimontes, 2023).

O referido ato foi nomeado como *Ato Contra assédio na Unimontes*, ocorrido no dia 8 de março de 2023, data emblemática por ser o Dia Internacional das Mulheres.

Com todos os relatos expostos, ficam evidentes as violências contra as mulheres, que acontecem dentro e fora das salas de aula, por parte dos professores. Fica claro, também, que as universidades são locais sexistas e machistas, reflexos da sociedade em que vivemos. No nosso espaço de estudo, alertamos que medidas precisam ser tomadas para ajudar as alunas, para que essas violências de assédio dentro da universidade sejam denunciadas. A partir disso, concordamos com Almeida (2017), quando diz que é essencial encontrar soluções eficazes para as estudantes, pois essas violências (e os agressores) se encontram dentro da universidade, local no qual não deveriam existir tais atrocidades. No mesmo contexto, Almeida (2017, p.394) ressalta que a

Responsabilização de agressores que se encontram dentro das universidades e que mantêm relacionamento de professor, orientador, colega ou funcionário com as alunas. Não apenas a indicação de punições disciplinares é suficiente para responsabilizar e coibir as violências de gênero, mesmo porque dificilmente essas são tomadas por parte de sindicâncias baseadas em códigos de ética das universidades. É necessário e premente encontrar soluções a curto prazo e jurídicas para momentos em que uma estudante esteja em situação de vulnerabilidade diante do seu agressor/ofensor, não deixando que ela siga com o ônus da violência perpetrada e que está ainda não está configurada como crime.

Para Almeida (2017), todas as circunstâncias de violências contra estudantes, dentro do ambiente universitário, mostram que o machismo-sexismo de toda a sociedade é refletido e reproduzido dentro dos muros da universidade, o que parece ser uma situação distante, mais é uma situação que está muito presente dentro das IES e que, nos casos de assédio e violências, o sexo biológico está sendo demonstrado como poder e dominação, assim como no patriarcado.

“Trata-se de um deserto ético, em que a dita liberdade sexual é realizada na chave do poder masculino, sem cuidado com o outro e sem respeito ao bem comum, em uma estrutura de dominação e subordinação” (Almeida, 2017, p. 395). Com isso, fica nítida a falta de apoio, inclusive pela própria universidade, para com as estudantes mulheres.

É fundamental que a universidade encontre medidas para investigar os agressores e dar a máxima condição de segurança para as suas alunas, pois as assediadas são obrigadas a conviver cotidianamente com seus assediadores se quiserem obter uma qualificação de nível superior, e isso mostra como elas são violentadas repetidas vezes. Ressalva-se que tais violentadores podem fazer mais vítimas, uma vez que seus casos de violências são negligenciados ou não denunciados. As universidades precisam dar mais atenção a esses casos e mais assistência a essas alunas, assim como a sociedade deve ampará-las, sem levá-las à culpa e à vergonha.

Conclusão e recomendações

Encerramos esta pesquisa com a convicção de que há muito a ser feito para tornar o convívio em sociedade e nas IES seguro para as mulheres. Ao focarmos na análise das dificuldades enfrentadas pelas discentes em uma universidade pública do Norte de Minas Gerais diante do machismo e suas manifestações de violência, este trabalho atingiu seu objetivo ao ouvir universitárias e seus relatos durante os momentos de assédio dentro da IES e/ou com professores da instituição. A partir do que foi coletado e analisado, confirmamos a previsão de que dentro da universidade ocorrem violências tanto sexuais quanto psicológicas contra as estudantes, o que é também comum na realidade social atual.

Os resultados desta pesquisa mostram que o assédio sexual, o machismo e o sexismo são reconhecidos, mas raramente relatados pelas vítimas. Acreditamos que isso ocorra pela falta de espaços específicos onde elas se sintam seguras para compartilhar suas experiências. A apatia das IES em lidar com essas situações apenas reforça a impunidade do agressor perante suas vítimas. Por meio dos relatos coletados, fica evidente a necessidade de apoio e segurança para as alunas. O debate abordado neste trabalho é essencial não apenas para a comunidade acadêmica, mas para toda a sociedade.

Observamos também que o medo de represálias e a culpa afetam essas estudantes, que temem reprovação e até mesmo consideram desistir da graduação. A maioria nunca teve informações sobre lugares de apoio dentro da universidade, o que é alarmante. Elas não veem nem mesmo o Diretório Central Estudantil (DCE) ou o Centro Acadêmico (CA) como locais seguros para relatar suas experiências, o que as deixa vulneráveis à violência sem apoio.

Cabe à universidade desempenhar seu papel social de ampliar e desenvolver a discussão sobre essa temática, destacando as consequências das violências contra as estudantes. É importante lembrar que é nas universidades que se formam futuros professores(as), dentistas,

médicos(as), cientistas, portanto, o debate é pertinente para todos os setores. Encerramos este trabalho após alcançar nosso objetivo e sugerimos a ampliação do estudo em toda a universidade ou em outras instituições, para termos dados e registros das situações que ocorrem nesses espaços. Por fim, mantemos a esperança de um futuro onde as alunas não sintam medo de frequentar as IES e as mulheres se sintam seguras em qualquer espaço social.

Referências

- ALMEIDA, Tânia Mara. Violência contra mulher no espaço universitário. In: **Mulheres e violência: interseccionalidades**, p. 384-399, Brasília: Technopolitik, 2017.
- APG UNIMONTES (Montes Claros). **Atenção comunidade acadêmica da Unimontes**. Instagram, 08 mar. 2023. Instagram: @apgunimontes. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CpiVRsqO6U4/?igshid=YmMyMTA2M2Y%3D>. Acesso em: 04 abr. 2023.
- BANDEIRA, Lourdes Maria. Trotes Assédios e violência sexual nos campi universitários no Brasil. **Revista Gênero**, [S.L.], v. 17, n. 2, p. 49-79, 4 dez. 2017. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/31263/18352>. , Acesso em: 30 mar. 2023.
- BANDEIRA, Lourdes Maria. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. **Sociedade e Estado**, [S. l.], v. 29, n. 2, p. 449-469, 2016. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/5897>. Acesso em: 30 mar. 2023.
- BRAGON, Rayder. MG: Professor acusado de assédio e agressão contra aluna é afastado da UFJF. **Uol**. Belo Horizonte, 16 nov 2016. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2016/11/16/mg-professor-acusado-de-assedio-e-agressao-contr-a-aluna-e-afastado-da-ufjf.htm> Acesso em: 04 abr 2023.
- BRASIL. **Lei Maria da Penha: Lei nº 11.340**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para Mulher, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm Acesso em: 12 out. 2022.
- BRASIL. **Conselho Nacional dos Direitos da Mulher - CNDM**. 2021. Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/assuntos/conselho> Acesso em: 19 nov. 2022.
- CRUZ, Madge Porto. O enfrentamento da violência no ambiente universitário: uma experiência na Universidade Federal do Acre. In: STEVENS, Cristina; OLIVEIRA, Susane; ZANELLO, Valeska; SILVA, Edlene; PORTELA, Cristiane (org.). **Mulheres e violências: interseccionalidades**. Brasília: Technopolitik, 2017. p. 128-144. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2017/03/Mulheres-e-viol%C3%A2ncias-interseccionalidades.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2022.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GUIMARÃES, Ana Claudia. Professor da Universidade Estadual de Montes Claros é afastado por denúncia de estupro e abuso sexual: para ajudar vítimas, reitor cria ouvidoria de acolhimento e encaminhamento de crimes de violência sexual, discriminação e gênero na universidade. **O Globo**. Rio de Janeiro. 17 out. 2022. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/blogs/ancelmo-gois/post/2022/10/professor-da-universidade-estadual-de-montes-claros-e-afastado-por-denuncia-de-estupro-e-abuso-sexual.ghtml>. Acesso em: 14 nov 2023.

GUIMARÃES, Clarissa. Professor é indiciado por crimes sexuais contra alunas da Unimontes. Denúncia contra professor foi feita no ano passado; docente chegou a ser afastado por 60 dias durante as investigações. **Itatiaia**. 25 mar 2023. Disponível em: <https://www.itatiaia.com.br/editorias/cidades/2023/03/25/professor-e-indiciado-por-crimes-sexuais-contra-alunas-da-unimontes> Acesso em 04 abr 2023.

IBGE. **Estatísticas de Gênero – Indicadores sociais das mulheres no Brasil**. 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/genero/20163-estatisticas-de-genero-indicadores-sociais-das-mulheres-no-brasil.html> Acesso em: 19 out. 2022.

INEP. **Censo da educação superior**. 2020. Elaborado pelo MEC. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior> Acesso em: 19 out. 2022.

IZQUIERDO, María Jesús. Bases materiales del sistema sexo/gênero. **São Paulo: SOF**, 1990. Disponível em <https://anossapropriasubstancia.wordpress.com/2016/12/21/bases-materiais-do-sistema-sexogenero%C2%B9/> Acesso em: 15 ago 2023.

KOLLONTAI, Alexandra. **Marxismo e Revolução Sexual**. São Paulo: Global Editora, 1982.

KRÜGER, Ana. **Vídeo: alunos da UFPR denunciam professor por rotina de assédio moral**: ‘Eu me vi tão impotente, humilhada, desrespeitada’; universidade investiga. G1 Paraná. Curitiba. 21 jan. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2023/01/21/video-alunos-da-ufpr-denunciam-professor-por-rotina-de-assedio-moral-eu-me-senti-tao-impotente-humilhada-desrespeitada-universidade-investiga.ghtml> Acesso em 04 abr 2023.

MATOS, Marina; ODA, Michelly. **Professor é afastado pela Unimontes após denúncias de abuso sexual contra alunas**. G1 Grande Minas. 17 out 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/grande-minas/noticia/2022/10/17/professor-e-afastado-pela-unimontes-apos-denuncias-de-abuso-sexual-contra-alunas.ghtml> Acesso em 04 abr. 2023.

VIANA, Nildo. **A Consciência da História - Ensaios sobre o Materialismo Histórico-Dialético**. 2. ed. Rio de Janeiro: Achiamé, 2007.

LERNER, Gerda. **A criação do Patriarcado**: história da opressão das mulheres pelos homens. São Paulo: Cultrix, 1986.

LINHARES, Yana; LAURENTI, Carolina. Uma análise de relatos verbais de alunas sobre situações de assédio sexual no contexto universitário. **Perspectivas em Análise do Comportamento** v. 13, n. 2, p. 1-14, 13 ago. 2018. Disponível em <https://revistaperspectivas.org/perspectivas/article/view/451/297>. Acesso em: 15 nov. 2022.

MACHADO, Sandra de Souza. Vidas partidas no discurso midiático brasileiro sobre a mulher. In: STEVENS, Cristina; OLIVEIRA, Susane; ZANELLO, Valeska; SILVA, Edlene; PORTELA, Cristiane (org.). **Mulheres e violências: interseccionalidades**. Brasília: Technopolitik, 2017. p. 128-144. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2017/03/Mulheres-e-viol%C3%A2ncias-interseccionalidades.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2022.

G1 Grande Minas. **Polícia conclui inquérito e professor da Unimontes é indiciado por crimes sexuais contra alunas**. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/grande-minas/noticia/2023/03/25/policia-conclui-inquerito-e-professor-da-unimontes-e-indiciado-por-crimes-sexuais-contra-alunas.ghtml> Acesso em: 04 abr. 2023.

G1 piracicaba e Região. **Professor da USP é demitido após denúncia de assédio sexual contra alunas: ‘ele pôs a mão por baixo da minha blusa e abriu meu sutiã’**. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/piracicaba-regiao/noticia/2022/01/04/professor-da-usp-e-demitido-apos-denuncias-de-assedio-sexual-contra-alunas-ele-pos-a-mao-por-baixo-da-minha-blusa-e-abriu-meu-sutia.ghtml> Acesso em: 04 abr. 2023.

SÁ, Bianca Schimdt de; FOLRIANI, Maycon Douglas; RAMPAZO, Adriana Vinholi. Assédio sexual: o poder do macho dentro da universidade. **Estudos de Administração e Sociedade**, [S.L.], v. 3, n. 2, p. 22-31, 3 set. 2018. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistaeas/article/view/27415/15944> . Acesso em: 23 nov. 2023.

SANTOS, Irenilda A.. Violência de gênero e políticas públicas: os avanços sociais no atendimento das vítimas de violência doméstica em Cuiabá. In: V JORNADA INTERNACIONAIS DE POLITICAS PUBLICAS, 5., 2011, São Luís- Maranhão. **Anais [...]**. Maranhão: Estado, Desenvolvimento e Crise do Capital, 2011. p. 1-9. Disponível em: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/JORNADA_EIXO_2011/QUESTOES_DE_GENERO_ETNIA_E_GERACAO/VIOLENCIA_DE_GENERO_E_POLITICAS_PUBLICAS.pdf Acesso em: 13 out.2022

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero e Patriarcado Violência**. 2. ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, e Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.

UNIMONTES – Universidade Estadual de Montes Claros. **Portaria no 120/2022**. Institui e nomeia Comissão de Acolhimento, Encaminhamento e Acompanhamento de crimes de Violência Sexual, gênero e Discriminações da Universidade Estadual de Montes Claros, e dá outras providências. Montes Claros: UNIMONTES, 2022a. Disponível em: <https://unimontes.br/wp-content/uploads/2022/10/Portaria-no-120-Reitor.pdf> Acesso em: 04 abr 2023.

UNIMONTES – Universidade Estadual de Montes Claros. **Portaria no 141/2022**. Institui o Sistema de Acolhimento às Vítimas de Assédio (SAVA), e dá outras providências. Montes Claros: UNIMONTES, 2022b. Disponível em: <https://unimontes.br/wp-content/uploads/2022/11/Portaria-no-141-Reitor-1.pdf> Acesso em: 04 abr. 2023.